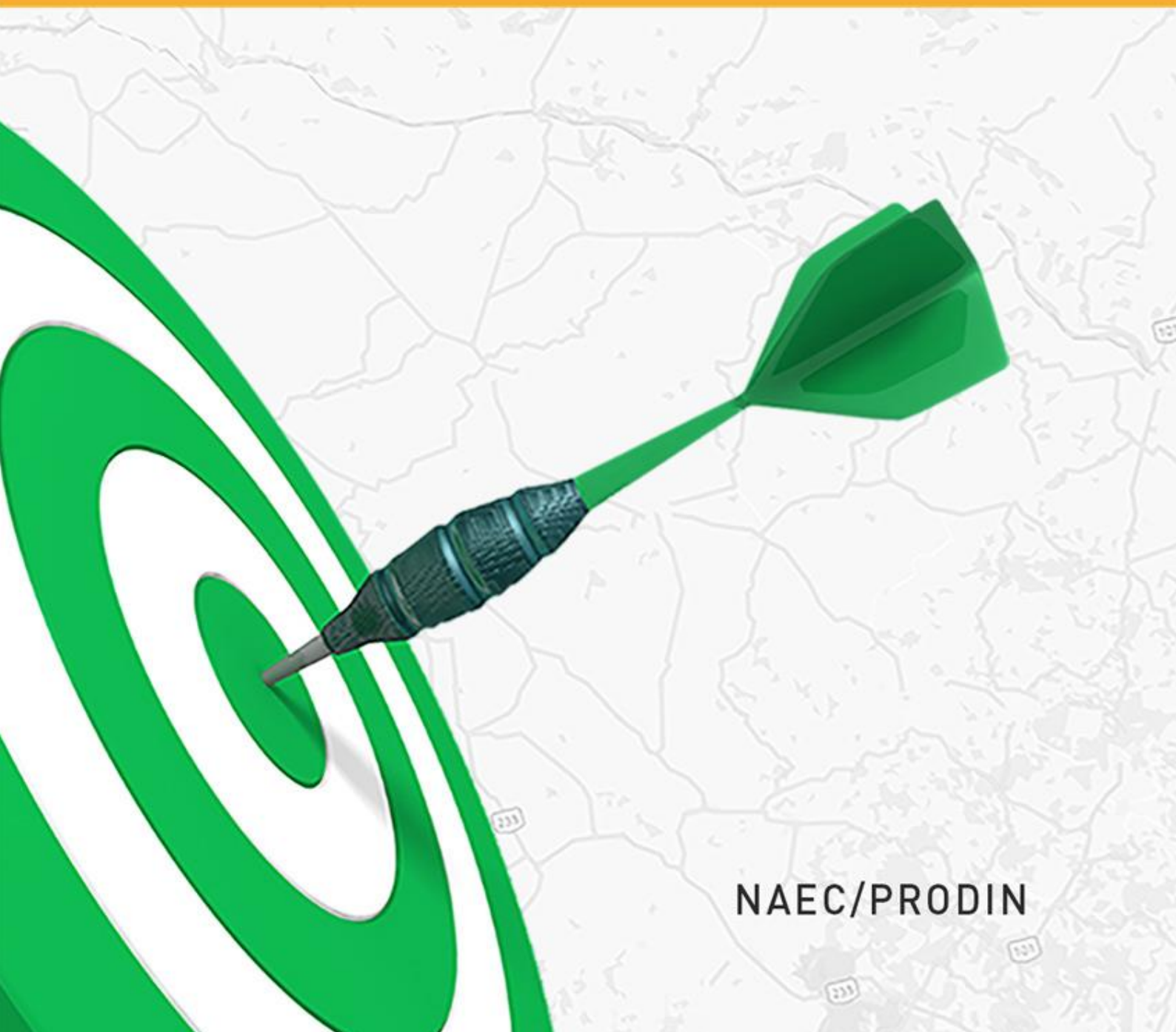




INSTITUTO FEDERAL
Sergipe

Estudo de Viabilidade do IFS

nos Municípios do Agreste Central Sergipano - 2015



NAEC/PRODIN



INSTITUTO FEDERAL
Sergipe

Estudo de Viabilidade do IFS

nos Municípios do Agreste Central Sergipano - 2015



NAEC/PRODIN

2017. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Sergipe – IFS
Núcleo de Análises Econômicas – NAEC

Autor
Rodrigo Melo Gois

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

G616e Gois, Rodrigo Melo
Estudo de viabilidade do IFS nos municípios do Agreste Central
Sergipano - 2015 [recurso eletrônico] / Rodrigo Melo Gois; Instituto
Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Sergipe. – Aracaju: IFS,
2017.
54 p. : il. (Série NAEC/PRODIN)

Formato: e-book
ISBN 978-85-68801-91-8

1. Economia - análise. 2. Aspecto econômico. 3. Sergipe. 4.
Agreste Central Sergipano. I. Instituto Federal de Educação, Ciência e
Tecnologia de Sergipe. II. Título.

CDU: 331

Ficha catalográfica elaborada pela bibliotecária Célia Aparecida Santos de Araújo
CRB 5/1030

As opiniões emitidas nesta publicação são de exclusiva e inteira responsabilidade do autor,
não exprimindo, necessariamente, o ponto de vista do Instituto Federal de Educação,
Ciência e Tecnologia de Sergipe.

É permitida a reprodução deste texto e dos dados nele contidos, desde que citada a fonte.



Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Sergipe – IFS
Núcleo de Análises Econômicas – NAEC

Av. Jorge Amado, 1551 - Bairro Jardins - Aracaju - SE - CEP 49025-330

APRESENTAÇÃO

Em 12 de março de 2013, foi formalmente criado, no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Sergipe (IFS), o Núcleo de Análises Econômicas (NAEC), setor vinculado à Pró-Reitoria de Desenvolvimento Institucional (PRODIN). O NAEC tem a função primordial de desenvolver estudos econômicos, especialmente no âmbito do Estado de Sergipe, os quais, aliados às análises das informações internas ao IFS, resultem em informações técnicas balizadoras das decisões de expansão deste Instituto.

Nesse contexto, mais especificamente no que diz respeito ao processo de expansão, ampliação, interiorização e consolidação da rede de Institutos Federais, propomos um Estudo de Viabilidade que aponte, dentro de um determinado território, quais os municípios que apresentam maior potencial para sediar um *campus* do Instituto, impactando efetivamente a realidade de toda a região.

Com o intuito de contribuir para a disseminação dessas informações ao público externo, o Estudo de Viabilidade está disponível para livre acesso no *site* do IFS, através do endereço < www.ifs.edu.br/naec >.

Importante enfatizar que as opiniões emitidas nesta publicação são de inteira e exclusiva responsabilidade do autor, não exprimindo, necessariamente, o ponto de vista do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Sergipe. É permitida a reprodução deste texto e dos dados nele contidos, desde que citada a fonte.

Sumário

1	INTRODUÇÃO	6
2	METODOLOGIA	7
3	CARACTERIZAÇÃO DO AGRESTE CENTRAL	11
4	ASPECTOS ECONÔMICOS	20
4.1	Produto.....	20
4.1.1	Produto Interno Bruto (PIB)	20
4.1.2	Variação Real Anual do Produto Interno Bruto (PIB).....	21
4.2	Produto Interno Bruto <i>per Capita</i> (PIB <i>per Capita</i>).....	22
4.3	Arranjos Produtivos Locais (APL).....	23
4.3.1	Mandioca	23
4.3.2	Cerâmica vermelha	24
4.4	Finanças Públicas	25
4.5	Empreendedorismo.....	26
5	ASPECTOS SOCIAIS.....	29
5.1	Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM)	29
5.2	População Total	30
5.3	População Jovem.....	31
5.4	Índice de Gini	32
5.5	Índice FIRJAN de Desenvolvimento Municipal – Saúde (IFDM – Saúde).....	33
6	ASPECTOS EDUCACIONAIS.....	34
6.1	Índice FIRJAN de Desenvolvimento Municipal – Educação (IFDM – Educação)	34
6.2	Matrículas do Ensino Fundamental.....	35
6.3	Matrículas do Ensino Médio	36
7	MERCADO DE TRABALHO	37
7.1	Vínculos Ativos	37
7.2	Geração de Empregos	38
7.3	Salário Médio	39
7.4	Número de Estabelecimentos	40
8	INDICADORES DAS VARIÁVEIS.....	42

9 RESULTADO GERAL	46
10 CONCLUSÃO	52
REFERÊNCIAS	53

1 INTRODUÇÃO

Transformar grandes massas de mão de obra marginalmente produtivas em uma força de trabalho moderna, educada e produtiva é não só premissa para o alcance do desenvolvimento econômico, mas também o seu principal objetivo (MINCER, 1975).

A Constituição Federal de 1988, em seu artigo 205, enxerga a educação como forma de alcançar o “pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho” (BRASIL, 1988). É exatamente nessa perspectiva que foram criados, por meio da Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia.

Contudo, ao decidir pela escolha de um *campus* em um município, o IFS perde a oportunidade de se estabelecer em outra localidade. É sob essa ótica que foram selecionadas variáveis que identificam, de forma objetiva, o potencial – em um determinado território – comparado de cada município, tornando possível a ordenação quanto à sua capacidade de sediar o IFS.

Estabelecer esses critérios não é tarefa fácil, tendo em vista a complexidade e a amplitude de possibilidades de se aferir as condições de cada município. É nesse contexto que este estudo apresenta um modelo que compreende variáveis relacionadas aos aspectos econômicos, sociais, educacionais e ao mercado de trabalho. Assim, estão inclusas variáveis que não se reduzem apenas à capacidade de geração de renda do município (aqui abrangidas as cadeias produtivas e as vocações produtivas locais), mas que envolvem também a forma como essa renda é distribuída entre os municípios, a qualidade de vida e o bem-estar da população.

Como todo modelo econômico, este também tem suas limitações. A história econômica nos mostra que diversos modelos, no decorrer do tempo, foram modificados a partir de colaborações de diversos outros autores. É nesse mesmo

diapensão que o NAEC vislumbra, para próximos estudos, progressos para este modelo original.

2 METODOLOGIA

O modelo original deste Estudo de Viabilidade leva em consideração 19 variáveis relacionadas aos aspectos econômicos, sociais, educacionais e ao mercado de trabalho.

Os resultados são obtidos por meio de uma ordenação comparativo-padronizada entre municípios integrantes de um mesmo território sergipano. Quanto à ponderação, foram utilizados pesos distintos para a extensão dos critérios que significam maior relação com o potencial do município com a demanda dos cursos profissionalizantes e superiores e a capacidade de desenvolver o território em que o município está inserido.

É certo que há substitutibilidade ou redundância entre algumas variáveis. Mas na verdade, cada critério foi utilizado como "fim" em si mesmo, independentemente de ser ou não redundante.

É importante destacar que o resultado do conjunto das variáveis possibilita uma avaliação que se desprende do caráter quantitativo dos dados, representando também uma avaliação qualitativa do desempenho desses municípios.

Segue o mapa das variáveis do modelo:

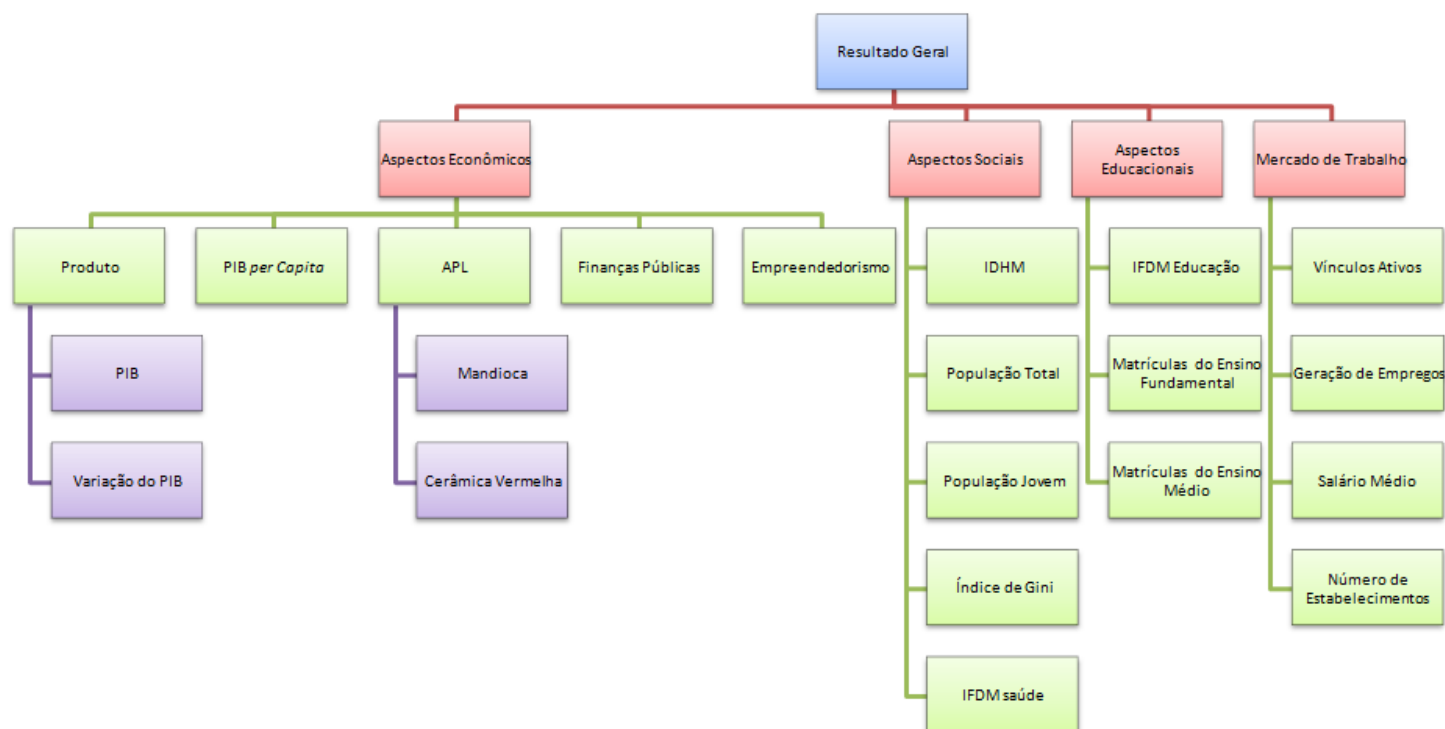


Figura 1: Mapa das Variáveis
Fonte: Elaboração do IFS/NAEC

Os dados das variáveis que entrarão para o cálculo serão aqueles constantes das tabelas 1 a 19. Em cada uma dessas variáveis será aplicada a seguinte equação:

$$RV = \left[\left(\frac{\frac{\alpha_f}{\alpha_m} - \alpha_d}{\alpha_x - \alpha_d} \right) * 3 \right] + 7 \quad (1)$$

Onde:

- RV = Resultado da variável
- α_f = variável final
- α_m = variável final máxima dos municípios
- α_d = média da razão entre variável final sobre variável final máxima dos municípios
- α_x = valor máximo da razão entre variável final sobre variável final máxima dos municípios

Realizada essa etapa, o resultado geral é obtido pela seguinte fórmula:

$$\frac{\text{Aspectos Econômicos (3)} + \text{Aspectos Sociais (1)} + \text{Aspectos Educacionais (2)} + \text{Mercado de Trabalho (4)}}{10} \quad (2)$$

Nota: nas equações (2) a (8), o peso está entre parênteses. O que está em **negrito** corresponde ao resultado da variável (RV).

O resultado dos aspectos econômicos é obtido pela seguinte equação:

$$\frac{\text{PIB (4)} + \text{PIB per Capita (2)} + \text{APL (2)} + \text{Finanças Públicas (1)} + \text{Empreendedorismo (1)}}{10} \quad (3)$$

Para tanto, o resultado do PIB é obtido pela seguinte equação:

$$\frac{\text{PIB nominal (7)} + \text{Variação do PIB (3)}}{10} \quad (4)$$

O resultado do APL é obtido da seguinte forma:

$$\frac{\text{Mandioca (5)} + \text{Cerâmica Vermelha (5)}}{10} \quad (5)$$

O resultado dos aspectos sociais é obtido pela seguinte equação:

$$\frac{\text{IDH – M (4)} + \text{População Total (2)} + \text{População Jovem (2)} + \text{Índice de Gini (1)} + \text{IFDM Saúde (1)}}{10} \quad (6)$$

A ressalva para o índice de Gini é que os dados da tabela 13 serão submetidos ao seguinte tratamento: $(\text{índice} - 1) * -1$. Tal procedimento foi realizado pois o Gini – ao contrário das outras variáveis deste estudo – quanto menor, melhor.

O resultado dos aspectos educacionais é obtido pela seguinte equação:

$$\frac{\text{IFDM Educação (3)} + \text{Matrículas do Ensino Fundamental (4)} + \text{Matrículas do Ensino Médio (3)}}{10} \quad (7)$$

O resultado do mercado de trabalho é obtido pela seguinte equação:

$$\frac{\text{Vínculos Ativos (4)} + \text{Geração de Empregos (2)} + \text{Salário Médio (1)} + \text{Número de Estabelecimentos (3)}}{10} \quad (8)$$

3 CARACTERIZAÇÃO DO AGRESTE CENTRAL

O Agreste Central localiza-se no centro-noroeste do Estado de Sergipe, sendo composto por 14 municípios: Areia Branca, Campo do Brito, Carira, Frei Paulo, Itabaiana, Macambira, Malhador, Moita Bonita, Nossa Senhora Aparecida, Pedra Mole, Pinhão, Ribeirópolis, São Domingos e São Miguel do Aleixo. Em termos de área, é o 3º maior território sergipano, representando 14,32% da superfície territorial do estado.

Este território concentra 11,24% da população sergipana, sendo considerado o 3º mais populoso de Sergipe, atrás apenas da Grande Aracaju e do Sul. Em termos de densidade demográfica, possui aproximadamente 74,07 hab/km². Dos 232.495 habitantes, 88.803 vivem em área rural, o que corresponde a 38,2% do total.

O relevo desse território é marcado por dois tipos de formações geomorfológicas: a Faixa de Dobramentos Sergipana, também conhecida como Domo de Itabaiana; e o Pediplano Sertanejo. Aquela se destaca pela presença de serras residuais com altitudes que chegam a 660 metros, enquanto este é formado por terrenos erodidos com altitude média de 200 metros. Pelo fato de localizar-se na zona de transição entre o litoral e o sertão, o clima do Agreste Central apresenta características desses dois ambientes. Quanto ao solo, o Domo de Itabaiana é formado a partir da decomposição do gnaiss, cuja utilização principal é o cultivo de hortaliças; enquanto que na parte oeste do território o solo é derivado do quartzito, sendo destinado à pastagem e aos cultivos anuais, dos quais se destacam os grãos. No que diz respeito à cobertura vegetal, a serra de Itabaiana – principal relevo residual de Sergipe – compreende múltiplos ecossistemas, como a Mata Atlântica, o Cerrado, os Campos de Altitude e até mesmo resquícios de vegetação típica de Restinga. No território encontram-se também as serras da Miaba, Comprida, Quizongo, Cajueiro e Capunga, que são caracterizadas pela Caatinga Hipoxerófila.

O Agreste Central é marcado pelas bacias hidrográficas dos rios Sergipe, ao norte, e Vaza-Barris, ao sul. Os açudes são comuns e importantes para a região, sobretudo para a irrigação e dessedentação animal (SERGIPE, 2008).



Figura 2: Itabaiana

Fonte: www.estradasbrasil.com/sergipe/itabaiana.html

O Agreste Central apresenta baixos indicadores sociais, tendo um dos piores Índices de Desenvolvimento Humano (IDH) de Sergipe, sobretudo pela baixa escolaridade da população.

O Produto Interno Bruto (PIB) do Agreste Central, segundo dados do IBGE para 2012, representa 7,82% de todo o produto sergipano.

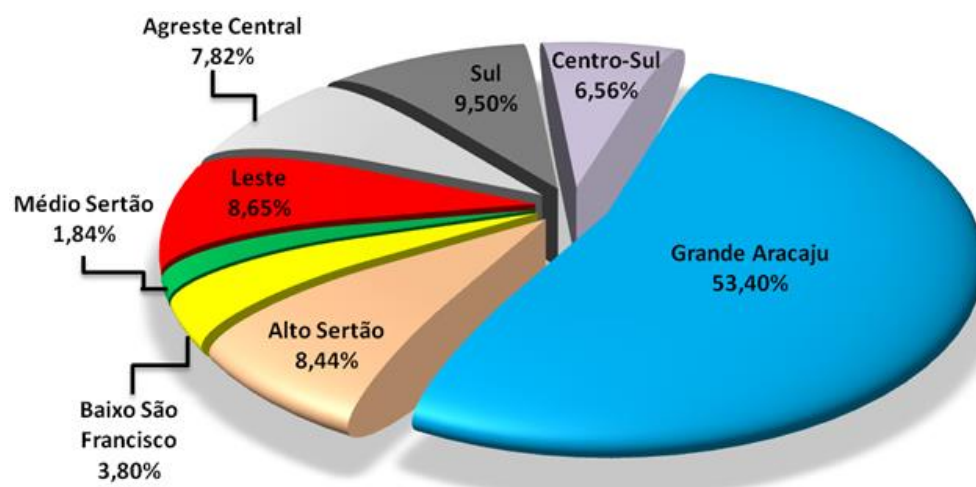


Gráfico 1: Composição Territorial do PIB Sergipano, 2012

Fonte: Elaboração do IFS/NAEC, a partir de dados do IBGE

O Valor Adicionado da Agropecuária representa 15,25% de todo o produto agropecuário, o que faz com que o Agreste Central registre a 2ª colocação dentre os 8 territórios. O Valor Adicionado da Indústria representa apenas 3,82% de todo o produto industrial sergipano, à frente do Centro-Sul, Baixo São Francisco e Médio Sertão. O Valor Adicionado dos Serviços representa 9,33% de todo o produto dos serviços sergipano, sendo considerado o segundo maior percentual de participação, atrás apenas da Grande Aracaju.

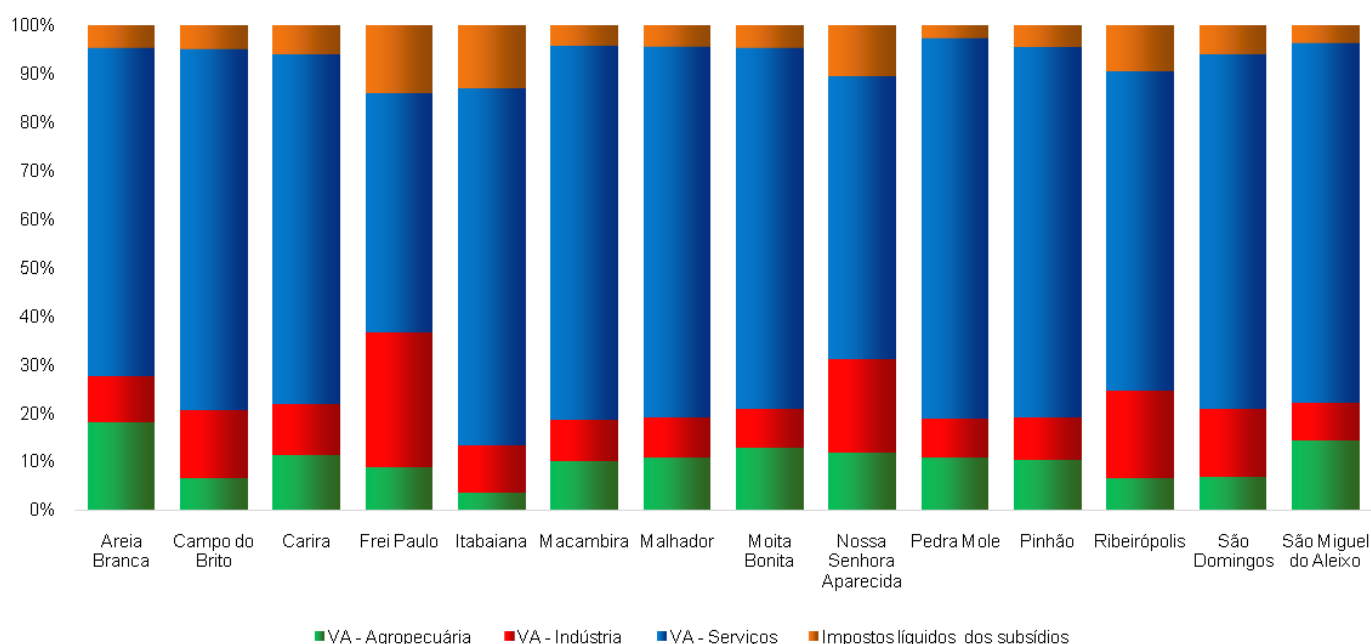


Gráfico 2: Composição setorial do PIB, Municípios do Agreste Central, 2012

Fonte: Elaboração do IFS/NAEC, a partir de dados do IBGE

Conforme mostra o gráfico 2, os municípios do Agreste Central possuem predominância dos serviços na composição do PIB. Nesse particular, 70,37% da economia do território provém do setor de serviços. Essa concentração nos serviços é maior do que em Sergipe (58,99%). Por outro lado, isso reflete a fraca indústria desse território, que representa apenas 12,42% de sua economia e somente 3,82% de tudo o que é produzido pela indústria sergipana.

Entre 2002 e 2012, o Brasil cresceu em média 3,55% ao ano; o Nordeste, 4,01% a.a.; Sergipe, 3,45% a.a.; e o Agreste Central, 4,51% ao ano. Nesse período, o resultado do Agreste Central só não foi maior do que o do Leste e do Médio Sertão, que presenciaram, respectivamente, um crescimento de 8,9% a.a. e 5,16% a.a. O PIB variou de 2,41% a.a. em Macambira a 7,84% a.a. em Nossa Senhora Aparecida.

Entre 2002 e 2012, o crescimento de Sergipe seguiu, de forma geral, a tendência do Nordeste e do Brasil, embora tenha apresentado uma expansão menor

que estes. Cabe destacar que a retração do PIB sergipano em 2009 (reflexo da Grande Recessão) foi muito maior do que no Brasil; ao passo que no Nordeste houve expansão do crescimento, embora em ritmo desacelerado. O Agreste Central foi marcado por grandes oscilações no período, mas ainda assim conseguiu imprimir uma tendência crescente no seu produto. O movimento anual das variações pode ser visualizado no gráfico 3, e a evolução desde 2002 pode ser vista no gráfico 4.

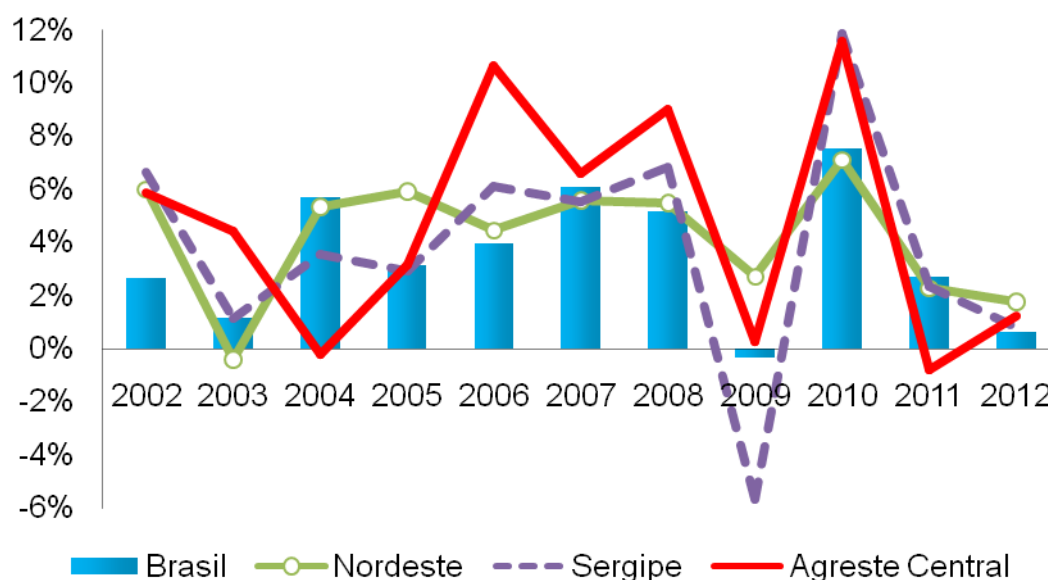


Gráfico 3: Variação anual do PIB, em termos reais, 2002-2012 (%)

Fonte: Elaboração do IFS/NAEC, a partir de dados do IBGE

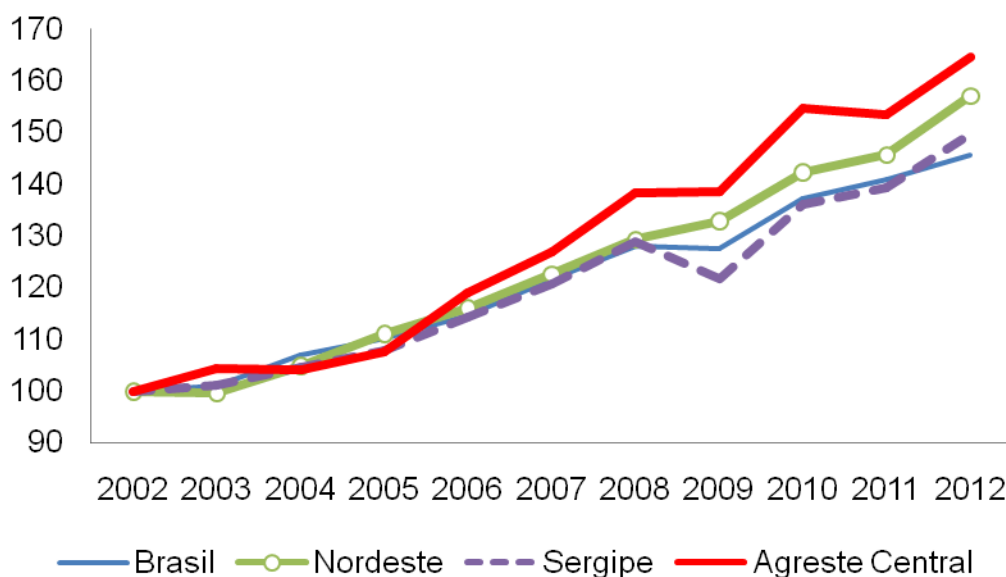


Gráfico 4: Índice do PIB real (2002=100)

Fonte: Elaboração do IFS/NAEC, a partir de dados do IBGE

O resultado do bom desempenho da economia do Agreste Central está relacionado principalmente à expansão dos serviços (4,77% a.a.) e da indústria (4,33% a.a.). O resultado só não foi melhor por conta da expansão do valor adicionado da agropecuária a um ritmo de 0,65% a.a., que em Sergipe cresceu a uma taxa de 2,56% a.a.

Sumariamente, percebe-se que o Agreste Central é uma economia importante para Sergipe, e que se destaca principalmente pelo setor de serviços.

No que diz respeito ao emprego formal, verifica-se, por meio de um corte transversal, que, em 2014, o Agreste Central concentrava 6,66% do total de vínculos ativos sergipanos. Em 2002, esse percentual era menor (5,29%), o que significa que o território expandiu mais o emprego do que a média de Sergipe, implicando ganho de posição relativa.

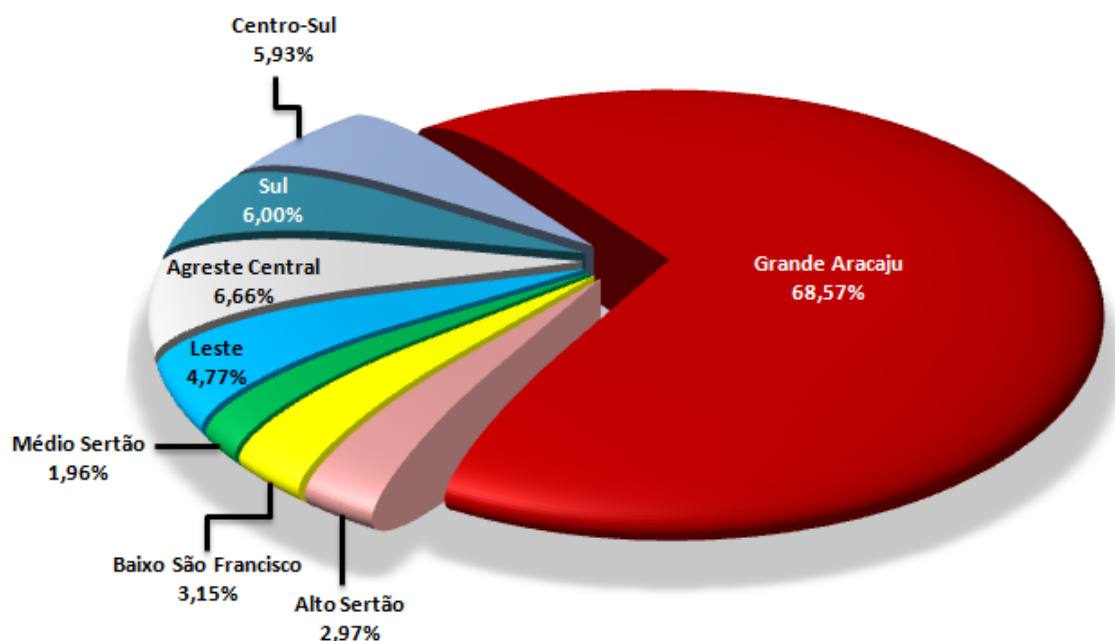


Gráfico 5: Composição Territorial do Emprego Formal Sergipano, 2013

Fonte: Elaboração do IFS/NAEC, a partir de dados da RAIS

Entre 2002 e 2014, o Agreste Central apresentou uma trajetória crescente no número de vínculos ativos no mercado de trabalho, crescendo 119,4%, ou 6,77% ao ano. Esse resultado, em termos relativos, é maior que o de Sergipe (4,92% a.a.), Nordeste (5,68% ao ano) e que o do Brasil (4,98% a.a.), tornando o crescimento do emprego formal do Agreste Central o 3º melhor dentre os 8 territórios sergipanos. As taxas de crescimento foram de 1,41% a.a. em Carira a 19,94% a.a. em São Domingos. De forma geral, o crescimento de Sergipe seguiu a tendência do Nordeste e do Brasil, embora tenha apresentado um crescimento menor que estes. Importante destacar que, segundo o próprio Ministério do Trabalho (MTE), a omissão de dados da RAIS é frequente em municípios de pequeno porte, o que significa dizer que boa parte desse crescimento do emprego formal pode ter sido em razão do maior grau de informatização e de conhecimento para envio dos dados do emprego formal ao MTE e não necessariamente à plena expansão do emprego ou da formalização do trabalho.

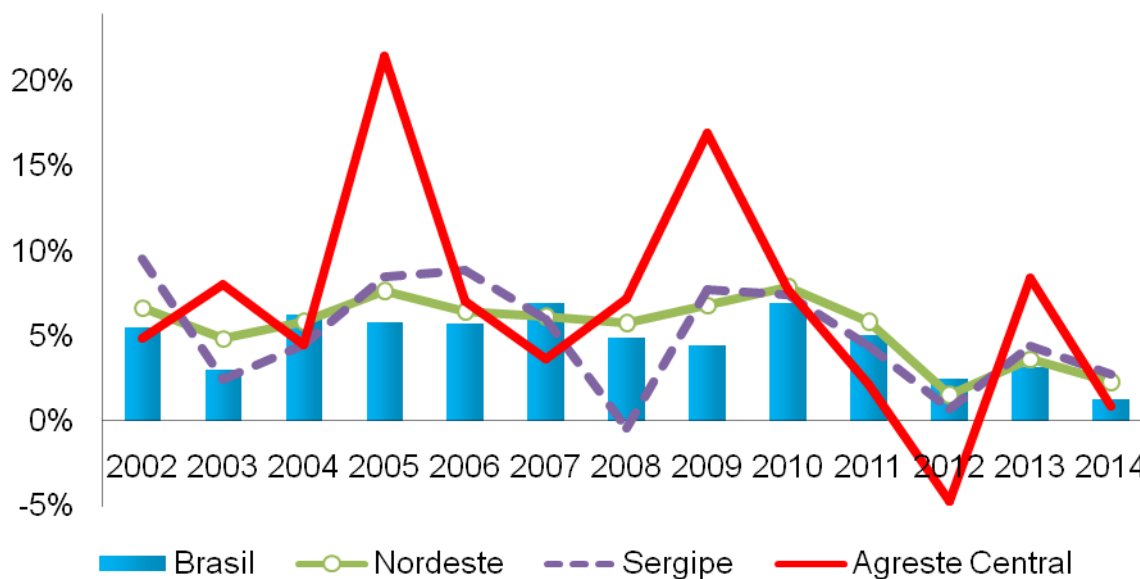


Gráfico 6: Variação anual do emprego formal, 2002-2014 (%)

Fonte: Elaboração do IFS/NAEC, a partir de dados da RAIS

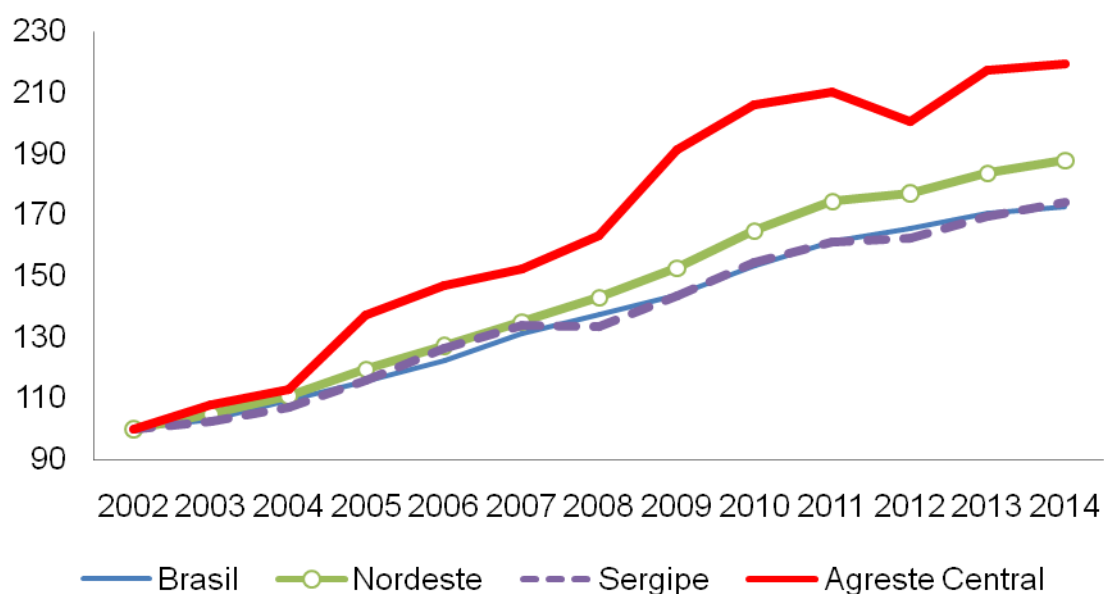


Gráfico 7: Índice do emprego formal (2002=100)

Fonte: Elaboração do IFS/NAEC, a partir de dados da RAIS

O desempenho do Agreste Central no período 2002-2014 é resultado da expansão dos oito setores da atividade econômica. Em números absolutos, o crescimento dos vínculos formais ocorreu principalmente no comércio e na indústria de transformação, que juntos responderam por 55,32% dos novos postos de trabalho criados entre 2002 e 2014; e que representavam a parcela de 43,01% do total de trabalhadores no Agreste Central no ano de 2014. Em 2014, segundo os dados da RAIS, o Agreste Central possuía 27.754 trabalhadores formais, distribuídos conforme o gráfico 8.

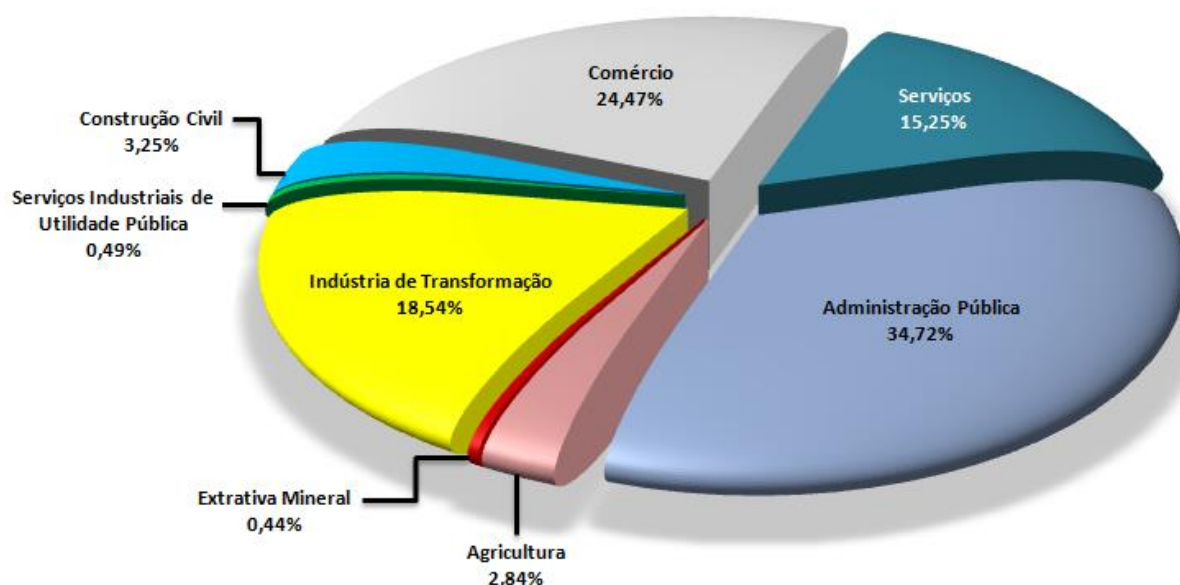


Gráfico 8: Composição do Emprego Formal por Setor, por participação (%) no total de vínculos ativos no Agreste Central – 2014

Fonte: Elaboração do IFS/NAEC, a partir de dados da RAIS

De modo geral, o mercado de trabalho no Agreste Central é formado principalmente por trabalhadores: quanto à idade, entre 30 e 39 anos; quanto à faixa salarial, entre 1,01 e 3 salários mínimos; quanto à escolaridade, que possuem ensino médio completo; quanto ao gênero, homens; quanto à natureza jurídica do seu vínculo, que trabalham no Setor Público Municipal.

4 ASPECTOS ECONÔMICOS

Os aspectos econômicos compreenderão: o PIB e sua variação em termos reais; o PIB *per capita*; os Arranjos Produtivos Locais (APL), mais especificamente mandioca e cerâmica vermelha¹; as finanças públicas e o empreendedorismo.

4.1 Produto

O Produto, exclusivamente para fins desse estudo, será obtido por meio da variável PIB e da sua variação real anual. Nesse contexto, será considerado não só o valor do PIB, mas também a sua evolução nos últimos anos.

4.1.1 Produto Interno Bruto (PIB)

Sob a ótica do produto, o PIB pode ser considerado como o valor total dos bens e serviços finais produzidos no país num determinado período de tempo (PAULANI, 2007).

De acordo com o macroeconomista Mankiw (2011), o PIB é amplamente aceito como o melhor indicador para avaliar uma economia.

Tabela 1: Produto Interno Bruto (PIB), a preços correntes, nos Municípios do Agreste Central – 2012

Município	Produto Interno Bruto (PIB)
Areia Branca	R\$ 130.047.550,00
Campo do Brito	R\$ 116.939.272,00
Carira	R\$ 147.503.367,00
Frei Paulo	R\$ 194.721.792,00
Itabaiana	R\$ 1.005.866.162,00

¹ APLs identificados no Agreste Central pelo Núcleo Estadual de Arranjos Produtivos Locais da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico e da Ciência e Tecnologia (Sedetec).

Macambira	R\$ 43.968.696,00
Malhador	R\$ 76.136.590,00
Moita Bonita	R\$ 71.659.907,00
Nossa Senhora Aparecida	R\$ 80.459.176,00
Pedra Mole	R\$ 21.850.498,00
Pinhão	R\$ 41.139.348,00
Ribeirópolis	R\$ 152.027.072,00
São Domingos	R\$ 66.069.671,00
São Miguel do Aleixo	R\$ 27.030.731,00

Fonte: Elaboração do IFS/NAEC, a partir de dados do IBGE

4.1.2 Variação Real Anual do Produto Interno Bruto (PIB)

O crescimento econômico pode ser definido como o crescimento do produto *per capita* ao longo do tempo (PAULANI, 2007). Para este estudo, foi empregada a taxa média de crescimento anual no período compreendido entre 2002 e 2012. Para tanto, foi considerado o PIB anual a preços constantes de 2012, corrigidos pelo deflator implícito do PIB.

Tabela 2: Variação real anual do Produto Interno Bruto (PIB)*, nos Municípios do Agreste Central – 2002-2012

Município	Variação real anual do Produto Interno Bruto (PIB)
Areia Branca	3,81%
Campo do Brito	3,53%
Carira	4,98%
Frei Paulo	3,10%
Itabaiana	5,10%
Macambira	2,41%
Malhador	3,01%
Moita Bonita	3,41%
Nossa Senhora Aparecida	7,84%
Pedra Mole	3,30%
Pinhão	4,84%
Ribeirópolis	5,04%
São Domingos	3,00%

São Miguel do Aleixo 4,20%

Fonte: Elaboração do IFS/NAEC, a partir de dados do IBGE

* A preços de 2012, corrigidos pelo deflator implícito do PIB

4.2 Produto Interno Bruto *per Capita* (PIB *per Capita*)

O PIB *per capita* representa o quociente entre o valor do PIB da localidade e a sua população residente. É nesse particular que cabe destacar que nem toda a renda gerada no município é apropriada pela sua população residente, pois a geração de renda e o valor despendido pela população em bens e serviços, não são, necessariamente, realizadas dentro do mesmo município (BRASIL, 2012).

Segundo Paulani (2007), o PIB *per Capita* se apresenta como um indicador qualitativamente superior ao PIB quando a intenção é avaliar o desenvolvimento econômico, embora não represente efetivamente a real distribuição de renda de uma economia.

Tabela 3: Produto Interno Bruto per Capita (PIB *per Capita*) nos Municípios do Agreste Central – 2012

Município	PIB <i>per Capita</i>
Areia Branca	R\$ 7.576,76
Campo do Brito	R\$ 6.884,04
Carira	R\$ 7.250,10
Frei Paulo	R\$ 13.749,60
Itabaiana	R\$ 11.365,59
Macambira	R\$ 6.772,75
Malhador	R\$ 6.278,27
Moita Bonita	R\$ 6.492,11
Nossa Senhora Aparecida	R\$ 9.418,14
Pedra Mole	R\$ 7.220,92
Pinhão	R\$ 6.761,89
Ribeirópolis	R\$ 8.719,65
São Domingos	R\$ 6.338,23
São Miguel do Aleixo	R\$ 7.235,21

Fonte: Elaboração do IFS/NAEC, a partir de dados do IBGE

4.3 Arranjos Produtivos Locais (APL)

O conceito de Arranjos Produtivos Locais (APL) concebido pela rede de pesquisa Redesist é o de que “são aglomerações territoriais de agentes econômicos, políticos e sociais - com foco em um conjunto específico de atividades econômicas - que apresentam vínculos mesmo que incipientes. Geralmente envolvem a participação e a interação de empresas - que podem ser desde produtoras de bens e serviços finais até fornecedoras de insumos e equipamentos, prestadoras de consultoria e serviços, comercializadoras, clientes, entre outros - e suas variadas formas de representação e associação. Incluem também diversas outras organizações públicas e privadas voltadas para: formação e capacitação de recursos humanos, como escolas técnicas e universidades; pesquisa, desenvolvimento e engenharia; política, promoção e financiamento” (CASSIOLATO E LASTRES, 2003, p.5).

A Lei 11.892/08, que criou os Institutos Federais, em seu artigo 6º, inciso III, dispõe que a oferta formativa deve buscar o “fortalecimento dos arranjos produtivos, sociais e culturais locais, identificados com base no mapeamento das potencialidades de desenvolvimento socioeconômico e cultural no âmbito de atuação do Instituto Federal” (BRASIL, 2008). É nessa perspectiva que o estudo integra essa variável para enfatizar as cadeias produtivas e as vocações produtivas locais para além dos indicadores socioeconômicos convencionais.

4.3.1 Mandioca

Os dados desta pesquisa revelam a produção de mandioca em 2014.

Tabela 4: Produção de Mandioca (toneladas) nos Municípios do Agreste Central – 2014

Município	Produção de Mandioca (toneladas)
Areia Branca	5.205
Campo do Brito	15.480

Carira	80
Frei Paulo	1.000
Itabaiana	23.950
Macambira	7.140
Malhador	6.120
Moita Bonita	6.480
Nossa Senhora Aparecida	1.920
Pedra Mole	97
Pinhão	792
Ribeirópolis	5.880
São Domingos	10.205
São Miguel do Aleixo	990

Fonte: Elaboração do IFS/NAEC, a partir de dados do IBGE

4.3.2 Cerâmica vermelha

Os dados desta pesquisa revelam os vínculos ativos em 31 de dezembro de 2014 na fabricação de produtos cerâmicos.

Tabela 5: Vínculos Ativos da Fabricação de Produtos Cerâmicos – 2014

Município	Vínculos Ativos
Areia Branca	72
Campo do Brito	128
Carira	0
Frei Paulo	0
Itabaiana	939
Macambira	0
Malhador	0
Moita Bonita	0
Nossa Senhora Aparecida	0
Pedra Mole	0
Pinhão	0
Ribeirópolis	0
São Domingos	0
São Miguel do Aleixo	0

Fonte: Elaboração do IFS/NAEC, a partir de dados da RAIS

4.4 Finanças Públicas

Para as Finanças Públicas, este estudo emprega o Índice FIRJAN de Gestão Fiscal (IFGF), que é obtido a partir de cinco indicadores: Receita Própria, Gastos com Pessoal, Investimentos, Liquidez e Custo da Dívida. O índice varia entre 0 e 1. Quanto mais próximo de 1, melhor a gestão fiscal do município para o referido ano. Cabe ressaltar que os dados considerados são aqueles informados pelos municípios e consolidados e disponibilizados pela Secretaria de Tesouro Nacional (STN).

Por meio do IFGF, é possível identificar o grau de dependência dos municípios no que se refere às transferências intergovernamentais; a gestão das despesas correntes, sobretudo no que diz respeito aos gastos com pessoal e encargos da dívida, pois uma rigidez orçamentária em virtude do seu elevado peso no orçamento pode comprometer os recursos programados para execução das políticas públicas, em especial os investimentos, uma vez que escolas e hospitais bem estruturados, ruas pavimentadas e iluminadas, transporte público eficiente, aumentam o bem-estar da população e a produtividade do trabalhador; a disponibilidade de ativos financeiros, uma vez que a postergação de despesas via inscrição em restos a pagar pode prejudicar a execução das políticas públicas; e o comprometimento do orçamento municipal com o pagamento de juros e amortizações de empréstimos contraídos em exercícios anteriores (FIRJAN, 2015).

Para Musgrave (1980), a alocação de recursos públicos, por meio de uma eficiente política orçamentária, é essencial para a busca do bem-estar social.

É nesse sentido que este estudo considera o IFGF como forma de verificar a capacidade da gestão fiscal municipal na alocação dos recursos, levando em consideração suas restrições orçamentárias e financeiras. Os dados desta pesquisa revelam o IFGF para o ano de 2013.

Tabela 6: Índice FIRJAN de Gestão Fiscal (IFGF) nos Municípios do Agreste Central – 2013

Município	Índice FIRJAN de Gestão Fiscal (IFGF)
Areia Branca	0,3064
Campo do Brito	0,2838
Carira	0,2778
Frei Paulo	0,5037
Itabaiana	0,4861
Macambira	0,1750
Malhador	0,2811
Moita Bonita	0,4569
Nossa Senhora Aparecida	0,3329
Pedra Mole	0,2008
Pinhão	0,2675
Ribeirópolis	0,1786
São Domingos	0,1786
São Miguel do Aleixo	0,3435

Fonte: Elaboração do IFS/NAEC, a partir de dados da FIRJAN

4.5 Empreendedorismo

Schumpeter, citado por Bom Ângelo (2003, p.37) afirma que o empreendedorismo é “a máquina propulsora do desenvolvimento da economia”.

O empreendedor introduz novos produtos no mercado, mudanças tecnológicas e mudanças nos processos produtivos, contribuindo para o crescimento econômico (ACS & AUDRETSCH, 1990 *apud* FONTENELE *et al.*, 2011).

“Quando indivíduos são capazes de reconhecer as oportunidades de negócios no ambiente em que atuam e de perceber que possuem capacidade para explorá-las, toda a sociedade é beneficiada, seja com o aumento da criação de ocupações, seja com o aumento da riqueza do país e sua distribuição” (GEM ,2013, p.13).

A pesquisa GEM, referência mundial em estudos de empreendedorismo, estende o conceito de empreendedor, mais do que o empreendimento em si, ao considerar empreendedor qualquer ação empreendedora individual para a abertura

de uma nova atividade econômica, uma nova empresa ou a expansão de um empreendimento existente. Quanto à motivação, pode-se dizer que os empreendedores podem ser por necessidade ou por oportunidade. Os empreendedores por necessidade são aqueles que iniciam um novo negócio a fim de gerar renda para si e suas famílias, por não avistarem melhores oportunidades de trabalho. Os empreendedores por oportunidade são aqueles que optam por iniciar um empreendimento autônomo mesmo quando possuem alternativas de emprego e renda, ou ainda, quando tem por finalidade o aumento da sua renda pelo anseio de independência no trabalho. Cabe destacar que economias mais dinâmicas, ainda que com grande potencial de geração de empregos formais, tendem a promover o empreendedorismo por oportunidade frente ao de necessidade (GEM, 2013).

A doutrina econômica demonstra uma intrincada relação entre desemprego e empreendedorismo. Por um lado, uma vertente da literatura identificou que o desemprego estimula a atividade empreendedora, fato que está fortemente relacionado ao empreendedorismo por necessidade, gerando o que é chamado de “efeito refugiado”. De outro lado, a literatura revelou que níveis mais elevados de empreendedorismo reduzem o desemprego, ou o que foi denominado como “efeito Schumpeter”. Há diferenças nos resultados para países ricos e pobres, bem como para análises setoriais e regionais (FONTENELE *et al.*, 2011).

Depreende-se dos microeconomistas Pindyck e Rubinfeld (2010) que lucro é o retorno empresarial sobre o investimento. Varian (2006) define lucro como a diferença entre receitas e custos.

Sendo assim, este estudo considera que a variável lucro do empreendedor representa o sucesso do empreendimento, contribuindo para a criação de postos de trabalho e para o incremento das taxas de crescimento econômico.

Tabela 7: Lucro Médio dos Empreendedores nos Municípios do Agreste Central – 2010

Município	Lucro Médio dos Empreendedores
Areia Branca	R\$ 1.063,84
Campo do Brito	R\$ 1.131,17
Carira	R\$ 1.198,94
Frei Paulo	R\$ 2.173,56
Itabaiana	R\$ 1.609,92
Macambira	R\$ 1.190,69
Malhador	R\$ 823,27
Moita Bonita	R\$ 843,99
Nossa Senhora Aparecida	R\$ 771,93
Pedra Mole	R\$ 896,57
Pinhão	R\$ 1.145,29
Ribeirópolis	R\$ 938,67
São Domingos	R\$ 681,95
São Miguel do Aleixo	R\$ 944,07

Fonte: Elaboração do IFS/NAEC, a partir de dados do Censo/IBGE

5 ASPECTOS SOCIAIS

Para os aspectos sociais, estão consideradas as seguintes variáveis: Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM), população total, população jovem, Índice de Gini e o Índice FIRJAN de Desenvolvimento Municipal – Saúde (IFDM – Saúde).

5.1 Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM)

O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), criado pelas Nações Unidas, é o principal indicador de qualidade de vida (PAULANI, 2007), que compreende indicadores de três dimensões do desenvolvimento humano: longevidade, educação e renda. Em nível municipal, é utilizado no Brasil um ajuste metodológico do IDH chamado de Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) (PNUD, 2010) como forma mais adequada de avaliar o desenvolvimento dos municípios brasileiros. O IDHM varia entre 0 e 1, classificando os municípios em cinco grupos: muito baixo desenvolvimento humano (0 a 0,499); baixo desenvolvimento (0,500 a 0,599); médio desenvolvimento (0,600 a 0,699); alto desenvolvimento (0,700 a 0,799); e muito alto desenvolvimento humano (0,800 a 1,0) (ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO MUNICIPAL BRASILEIRO, 2013).

Tabela 8: Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) nos Municípios do Agreste Central – 2010

Município	Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM)
Areia Branca	0,579
Campo do Brito	0,621
Carira	0,588
Frei Paulo	0,589
Itabaiana	0,642
Macambira	0,583

Malhador	0,587
Moita Bonita	0,587
Nossa Senhora Aparecida	0,577
Pedra Mole	0,593
Pinhão	0,583
Ribeirópolis	0,613
São Domingos	0,588
São Miguel do Aleixo	0,567

Fonte: Elaboração do IFS/NAEC, a partir de dados do PNUD

5.2 População Total

Para Mincer (2010), a população é o determinante definitivo da oferta de mão de obra, embora considere a qualidade um importante componente.

Froyen (1999) destaca que o nível de produção e emprego tem a população como um dos seus principais determinantes.

Os dados desta pesquisa revelam a população total contabilizada no Censo de 2010.

Tabela 9: População Total nos Municípios do Agreste Central – 2010

Município	População Total
Areia Branca	16.857
Campo do Brito	16.749
Carira	20.007
Frei Paulo	13.874
Itabaiana	86.967
Macambira	6.401
Malhador	12.042
Moita Bonita	11.001
Nossa Senhora Aparecida	8.508
Pedra Mole	2.974
Pinhão	5.973
Ribeirópolis	17.173
São Domingos	10.271
São Miguel do Aleixo	3.698

Fonte: Elaboração do IFS/NAEC, a partir de dados do Censo/IBGE

5.3 População Jovem

Segundo a classificação do IBGE, população jovem é o segmento populacional entre 15 e 24 anos de idade. As pessoas nesta faixa já teriam condição de ter concluído ao menos o curso fundamental. Ademais, os jovens nesta faixa etária pressionam, de forma efetiva, a economia para a criação de novos postos de trabalho (BRASIL, 1999). Segundo Mincer (1975), uma população robusta de jovens exige maiores investimentos em educação. Ainda de acordo com Mincer, um dos principais efeitos do crescimento econômico é a expansão dos incentivos aos investimentos privados e sociais na educação dos jovens, que por sua vez optam pelo estudo em vez de adentrar ao mercado de trabalho. Especialmente por essas razões, espera-se que sejam potenciais demandantes de cursos que podem ser oferecidos pelo IFS.

Os dados desta pesquisa revelam a população de jovens contabilizada no Censo de 2010.

Tabela 10: População Jovem nos Municípios do Agreste Central – 2010

Município	População Jovem
Areia Branca	3.300
Campo do Brito	3.050
Carira	3.785
Frei Paulo	2.784
Itabaiana	17.078
Macambira	1.195
Malhador	2.279
Moita Bonita	2.044
Nossa Senhora Aparecida	1.621
Pedra Mole	601
Pinhão	1.105
Ribeirópolis	3.248
São Domingos	1.932
São Miguel do Aleixo	759

Fonte: Elaboração do IFS/NAEC, a partir de dados do Censo/IBGE

5.4 Índice de Gini

O Índice de Gini é usado para medir o grau de concentração da renda. Esse índice varia de zero a um, ou de zero a cem. Quanto mais próximo de um ou de cem, pior será a concentração da renda (PAULANI, 2007).

Ainda segundo Paulani (2007), é importante avaliar o perfil de distribuição da renda, pois uma economia pode ser rica e ter boas taxas de crescimento, mas apresentando padrões inaceitáveis de desigualdade onde grande parte da população não apresenta condições mínimas de subsistência. Se o crescimento econômico ocorrer com grandes concentrações de renda, a maior parte da população não será beneficiada com a elevação da renda na economia.

Celso Furtado, ao ser citado por Hoffman (2001), demonstra em seu livro *Um projeto para o Brasil*, que a elevada desigualdade da distribuição da renda no país forma uma demanda global que inibe o crescimento econômico, uma vez que a concentração da renda favorece o subemprego de fatores, típico das economias subdesenvolvidas. É nesse particular que Celso Furtado já afirmava que o maior obstáculo para o desenvolvimento do país era a concentração de renda.

Tabela 11: Índice de Gini nos Municípios do Agreste Central – 2010

Município	Índice de Gini
Areia Branca	0,48
Campo do Brito	0,54
Carira	0,49
Frei Paulo	0,48
Itabaiana	0,52
Macambira	0,43
Malhador	0,45
Moita Bonita	0,44
Nossa Senhora Aparecida	0,56
Pedra Mole	0,54
Pinhão	0,42

Ribeirópolis	0,45
São Domingos	0,41
São Miguel do Aleixo	0,49

Fonte: Elaboração do IFS/NAEC, a partir de dados do PNUD

5.5 Índice FIRJAN de Desenvolvimento Municipal – Saúde (IFDM – Saúde)

O Índice FIRJAN de Desenvolvimento Municipal – Saúde (IFDM – Saúde) é obtido a partir de três variáveis: número de consultas pré-natal, óbitos por causas mal definidas e óbitos infantis por causas evitáveis. O índice varia entre 0 e 1. Quanto mais próximo de 1, melhor o acesso a condições básicas de saúde. Cabe ressaltar que os dados considerados são aqueles disponibilizados pelo Ministério da Saúde (FIRJAN, 2014).

Tabela 12: IFDM – Saúde nos Municípios do Agreste Central – 2011

Município	IFDM – Saúde
Areia Branca	0,7956
Campo do Brito	0,7932
Carira	0,7861
Frei Paulo	0,7581
Itabaiana	0,8098
Macambira	0,7403
Malhador	0,7338
Moita Bonita	0,8161
Nossa Senhora Aparecida	0,8054
Pedra Mole	0,8451
Pinhão	0,7668
Ribeirópolis	0,7999
São Domingos	0,7913
São Miguel do Aleixo	0,6566

Fonte: Elaboração do IFS/NAEC, a partir de dados da FIRJAN

6 ASPECTOS EDUCACIONAIS

A educação é uma variável presente em grande parte dos modelos de crescimento econômico (PAULANI, 2007). Considerando o fato de que o aumento da escolaridade é uma estratégia que condiciona um crescimento econômico com menor desigualdade (HOFFMAN, 2001), para estes aspectos, serão utilizadas as seguintes variáveis: Índice FIRJAN de Desenvolvimento Municipal – Educação (IFDM – Educação), matrículas do ensino fundamental e matrículas do ensino médio.

O IFDM aponta para um critério mais qualitativo, que reflete de forma geral, maior capacidade de expressar a qualidade da educação e o acesso da população ao ensino. As matrículas dos ensinos fundamental e médio, em uma análise qualitativa, deveriam ser analisadas como proporção da faixa etária relevante. Contudo, este estudo considera os valores absolutos como forma de verificar uma possível demanda desses alunos nas diferentes modalidades de ensino oferecidas pelo IFS, que, por sua vez, recebe discentes que completaram o ensino fundamental bem como aqueles que concluíram o ensino médio.

6.1 Índice FIRJAN de Desenvolvimento Municipal – Educação (IFDM – Educação)

O Índice FIRJAN de Desenvolvimento Municipal – Educação (IFDM – Educação) é obtido a partir de seis variáveis: taxa de matrícula na educação infantil, taxa de abandono, taxa de distorção idade-série, percentual de docentes com ensino superior, médias de horas-aula diárias, e do resultado do IDEB. Cabe destacar que os dados considerados são aqueles disponibilizados pelo Ministério da Educação (FIRJAN, 2014).

Tabela 13: IFDM – Educação, nos Municípios do Agreste Central – 2011

Município	IFDM - Educação
Areia Branca	0,5764
Campo do Brito	0,6501
Carira	0,5417
Frei Paulo	0,5438
Itabaiana	0,6575
Macambira	0,7310
Malhador	0,6091
Moita Bonita	0,6635
Nossa Senhora Aparecida	0,6084
Pedra Mole	0,6612
Pinhão	0,6639
Ribeirópolis	0,7000
São Domingos	0,6290
São Miguel do Aleixo	0,6364

Fonte: Elaboração do IFS/NAEC, a partir de dados da FIRJAN

6.2 Matrículas do Ensino Fundamental

Os dados desta pesquisa contemplam as matrículas do ensino fundamental para o ano de 2014, aqui inclusos os alunos do ensino regular, EJA e da educação especial.

Tabela 14: Matrículas do Ensino Fundamental nos Municípios do Agreste Central – 2014

Município	Matrículas do Ensino Fundamental
Areia Branca	3.619
Campo do Brito	3.208
Carira	4.314
Frei Paulo	2.769
Itabaiana	16.490
Macambira	1.232
Malhador	2.248
Moita Bonita	1.771
Nossa Senhora Aparecida	1.496

Pedra Mole	541
Pinhão	1.168
Ribeirópolis	2.920
São Domingos	1.802
São Miguel do Aleixo	709

Fonte: Elaboração do IFS/NAEC, a partir de dados do INEP

6.3 Matrículas do Ensino Médio

Os dados deste estudo revelam as matrículas do ensino médio no ano de 2014, aqui inclusos os alunos do ensino regular, EJA e da educação especial.

Tabela 15: Matrículas do Ensino Médio nos Municípios do Agreste Central – 2014

Município	Matrículas do Ensino Médio
Areia Branca	582
Campo do Brito	651
Carira	787
Frei Paulo	374
Itabaiana	4.219
Macambira	310
Malhador	382
Moita Bonita	367
Nossa Senhora Aparecida	318
Pedra Mole	89
Pinhão	264
Ribeirópolis	739
São Domingos	319
São Miguel do Aleixo	163

Fonte: Elaboração do IFS/NAEC, a partir de dados do INEP

7 MERCADO DE TRABALHO

Esta sessão considerará as informações acerca do mercado de trabalho formal oriundas das bases de dados disponíveis no Ministério do Trabalho (MTE), relativa às informações da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) e do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED).

A RAIS tem periodicidade anual, abrangendo os vínculos estatutários, celetistas, temporários e avulsos, sendo de grande valia para análises estruturais do mercado de trabalho, a exemplo desse estudo.

Importante destacar que, segundo o próprio Ministério do Trabalho (MTE), a omissão é frequente em municípios de pequeno porte. Em alguns setores, percebem-se informações qualitativamente mais comprometidas que em outros, como por exemplo a Agricultura, a Administração Pública e a Construção Civil (BRASIL, 2010). Esta pesquisa optou pelos registros junto aos estabelecimentos, mesmo sabendo que, conforme afirma Mankiw (2011), esse registro não leva em consideração as pessoas que operam o seu próprio negócio, que são consideradas autoempregadas nas pesquisas realizadas junto aos domicílios. Para o caso americano, especialistas de mercado de trabalho defendem os registros realizados junto aos estabelecimentos como sendo a forma mais precisa; outros defendem uma média entre os registros e as pesquisas.

Para o mercado de trabalho, foram utilizadas as seguintes variáveis: vínculos ativos, geração de empregos, salário médio e número de estabelecimentos.

7.1 Vínculos Ativos

Vínculos Ativos, conforme apurado pela RAIS, são as relações de emprego, estabelecidas por meio de trabalho remunerado. São consideradas como vínculos ativos as relações de trabalho dos celetistas, dos estatutários, dos trabalhadores

regidos por contratos temporários, por prazo determinado, e dos empregados avulsos, quando contratados por sindicatos.

Cabe ressaltar que o número de vínculos ativos difere do número de pessoas empregadas, uma vez que o indivíduo pode estar acumulando, na data de referência, mais de um emprego (BRASIL, 2010). Os dados desta pesquisa revelam os vínculos ativos em 31 de dezembro de 2014.

Tabela 16: Vínculos Ativos nos Municípios do Agreste Central – 2014

Município	Vínculos Ativos
Areia Branca	1.079
Campo do Brito	1.627
Carira	1.629
Frei Paulo	2.105
Itabaiana	14.757
Macambira	575
Malhador	752
Moita Bonita	460
Nossa Senhora Aparecida	916
Pedra Mole	233
Pinhão	421
Ribeirópolis	1.795
São Domingos	975
São Miguel do Aleixo	430

Fonte: Elaboração do IFS/NAEC, a partir de dados da RAIS

7.2 Geração de Empregos

Refere-se ao saldo líquido entre admitidos e desligados dos trabalhadores celetistas, a partir de dados extraídos do CAGED, revelando aspectos conjunturais do mercado de trabalho (BRASIL, 2010). Os dados desta pesquisa revelam a geração de empregos líquidos entre setembro de 2012 e setembro de 2015.

Tabela 17: Geração Líquida de Empregos nos Municípios do Agreste Central, no período de setembro de 2012 a setembro de 2015

Município	Geração de Empregos
Areia Branca	40
Campo do Brito	-149
Carira	-463
Frei Paulo	-862
Itabaiana	1.679
Macambira	163
Malhador	63
Moita Bonita	73
Nossa Senhora Aparecida	222
Pedra Mole	4
Pinhão	65
Ribeirópolis	-506
São Domingos	-3
São Miguel do Aleixo	40

Fonte: Elaboração do IFS/NAEC, a partir de dados do CAGED/MTE

7.3 Salário Médio

Refere-se à remuneração média, que é definida como a média aritmética das remunerações individuais mensais, no período vigente do ano de referência. Integram essa remuneração os salários, ordenados, vencimentos, honorários, vantagens, adicionais, gratificações, etc. Está excluída a remuneração do 13º salário (BRASIL, 2010).

Tem influência direta no poder aquisitivo da população e, consequentemente, na intenção de consumo das famílias. De acordo com Mincer (1975), mercado de trabalho com salários mais altos atrai pessoas cujas atividades são externas ao mercado (trabalhos caseiros e setores de subsistência), além de atrair mão de obra de outras regiões. Os dados desta pesquisa revelam o salário médio em 2013.

Tabela 18: Salário Médio nos Municípios do Agreste Central – 2013

Município	Salário Médio
Areia Branca	R\$ 1.624,92
Campo do Brito	R\$ 1.342,13
Carira	R\$ 1.326,60
Frei Paulo	R\$ 1.096,83
Itabaiana	R\$ 1.163,89
Macambira	R\$ 1.241,68
Malhador	R\$ 1.466,28
Moita Bonita	R\$ 1.702,90
Nossa Senhora Aparecida	R\$ 1.202,89
Pedra Mole	R\$ 1.854,67
Pinhão	R\$ 1.466,66
Ribeirópolis	R\$ 1.397,77
São Domingos	R\$ 1.330,57
São Miguel do Aleixo	R\$ 1.444,78

Fonte: Elaboração do IFS/NAEC, a partir de dados da RAIS

7.4 Número de Estabelecimentos

Estabelecimentos, conforme registrados na RAIS, são unidades de cada empresa separadas espacialmente, ou seja, com endereços distintos. Vale ressaltar que as diversas linhas de produção de uma mesma empresa são consideradas em um único estabelecimento, desde que situadas no mesmo prédio (BRASIL, 2010). Os dados desta pesquisa revelam o número de estabelecimentos em 31 de dezembro de 2014.

Tabela 19: Número de Estabelecimentos nos Municípios do Agreste Central – 2014

Município	Número de Estabelecimentos
Areia Branca	93
Campo do Brito	260
Carira	198

Frei Paulo	186
Itabaiana	1.761
Macambira	54
Malhador	52
Moita Bonita	85
Nossa Senhora Aparecida	67
Pedra Mole	19
Pinhão	51
Ribeirópolis	172
São Domingos	78
São Miguel do Aleixo	29

Fonte: Elaboração do IFS/NAEC, a partir de dados da RAIS

8 INDICADORES DAS VARIÁVEIS

Decompondo a fórmula apresentada na metodologia, fica demonstrada a atuação de cada variável isoladamente. Nesse sentido, esta seção evidencia cada indicador de forma isolada, permitindo uma comparação visual individualizada de cada município do Agreste Central. É importante ressaltar que os indicadores das variáveis são essencialmente comparativos entre os municípios integrantes do seu território.

Foi utilizada uma escala de 0 a 10 da seguinte forma:

Tabela 20: Legenda dos Indicadores

Valores e qualidades dos indicadores	Indicador	Qualidade
0 - 5		Muito Baixo
5 7		Baixo
7 8		Moderado
8 9		Alto
9 10		Muito Alto

Fonte: Elaboração do IFS/NAEC

Tabela 21: Indicadores das Variáveis dos Municípios do Agreste Central

Variável	Areia Branca	Campo do Brito	Carira	Frei Paulo	Itabaiana	Macambira	Malhada-dor	Moita Bonita	Nossa Senhora Aparecida	Pedra Mole	Pinhão	Ribeirópolis	São Domingos	São Miguel do Aleixo
Produto Interno Bruto (PIB)														
Variação Real Anual do Produto Interno Bruto (PIB)														
Produto Interno Bruto per Capita														
Mandioca														
Cerâmica Vermelha														
Finanças Públicas														
Empreendedorismo														

Tabela 21: Indicadores das Variáveis dos Municípios do Agreste Central

Variável	Areia Branca	Campo do Brito	Carira	Frei Paulo	Itabaiana	Macambira	Malhada-dor	Moita Bonita	Nossa Senhora Aparecida	Pedra Mole	Pinhão	Ribeirópolis	São Domingos	São Miguel do Aleixo
Índice de Desenvolvimento Humano (IDH)														
População Total														
População Jovem														
Índice de Gini														
Índice FIRJAN de Desenvolvimento Municipal – Saúde (IFDM – Saúde)														
Índice FIRJAN de Desenvolvimento Municipal – Educação (IFDM – Educação)														
Matrículas do Ensino Fundamental														

Tabela 21: Indicadores das Variáveis dos Municípios do Agreste Central

Variável	Areia Branca	Campo do Brito	Carira	Frei Paulo	Itabaiana	Macambira	Malhada-dor	Moita Bonita	Nossa Senhora Aparecida	Pedra Mole	Pinhão	Ribeirópolis	São Domingos	São Miguel do Aleixo
Matrículas do Ensino Médio														
Vínculos Ativos														
Geração de Empregos														
Salário Médio														
Número de Estabelecimentos														

Legenda:  Muito Alto;  Alto;  Moderado;  Baixo;  Muito Baixo

Fonte: Elaboração do IFS/NAEC, a partir de dados da RAIS

9 RESULTADO GERAL

A partir da utilização do nível de agregação que apresenta a comparação dos aspectos econômicos, sociais, educacionais e do mercado de trabalho, obtém-se o seguinte resultado:

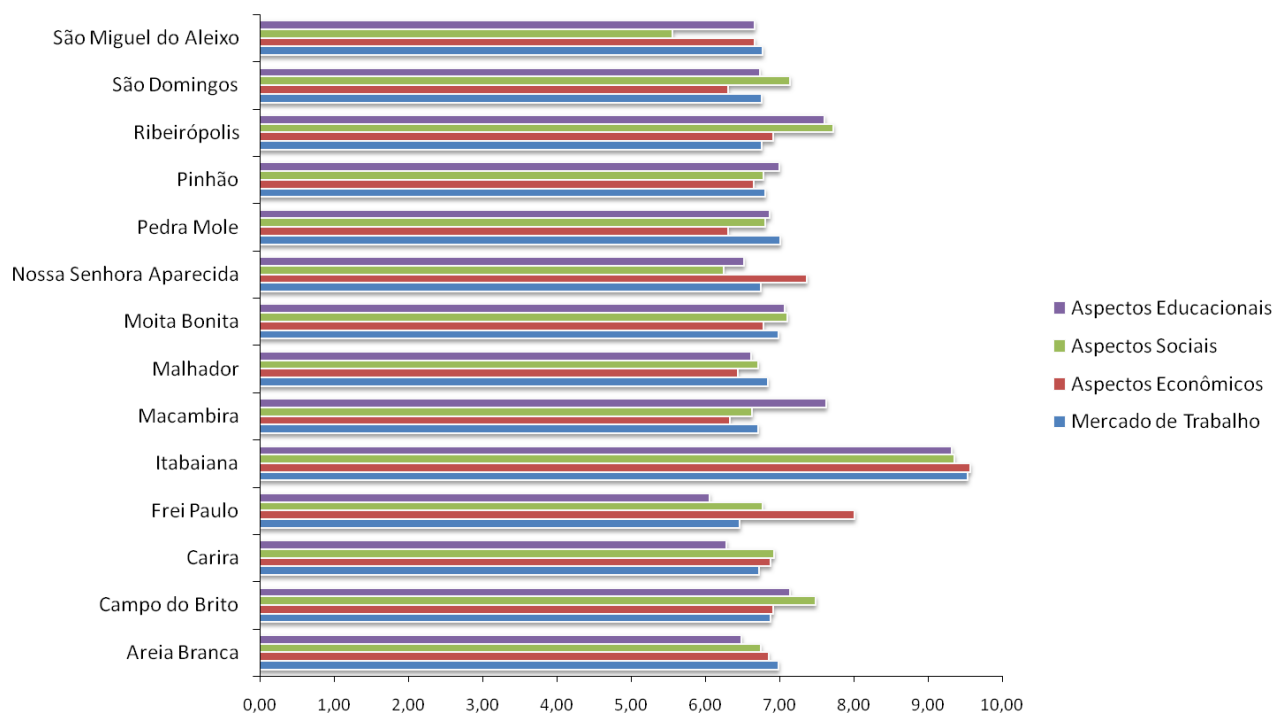


Gráfico 9: Visão Geral dos Aspectos Definidores dos Municípios do Agreste Central

Fonte: Elaboração do IFS/NAEC, a partir dos resultados do estudo

Esses resultados podem ser vistos também por meio dos gráficos de radar.

Figura 3: Radar dos Aspectos Definidores dos Municípios do Agreste Central

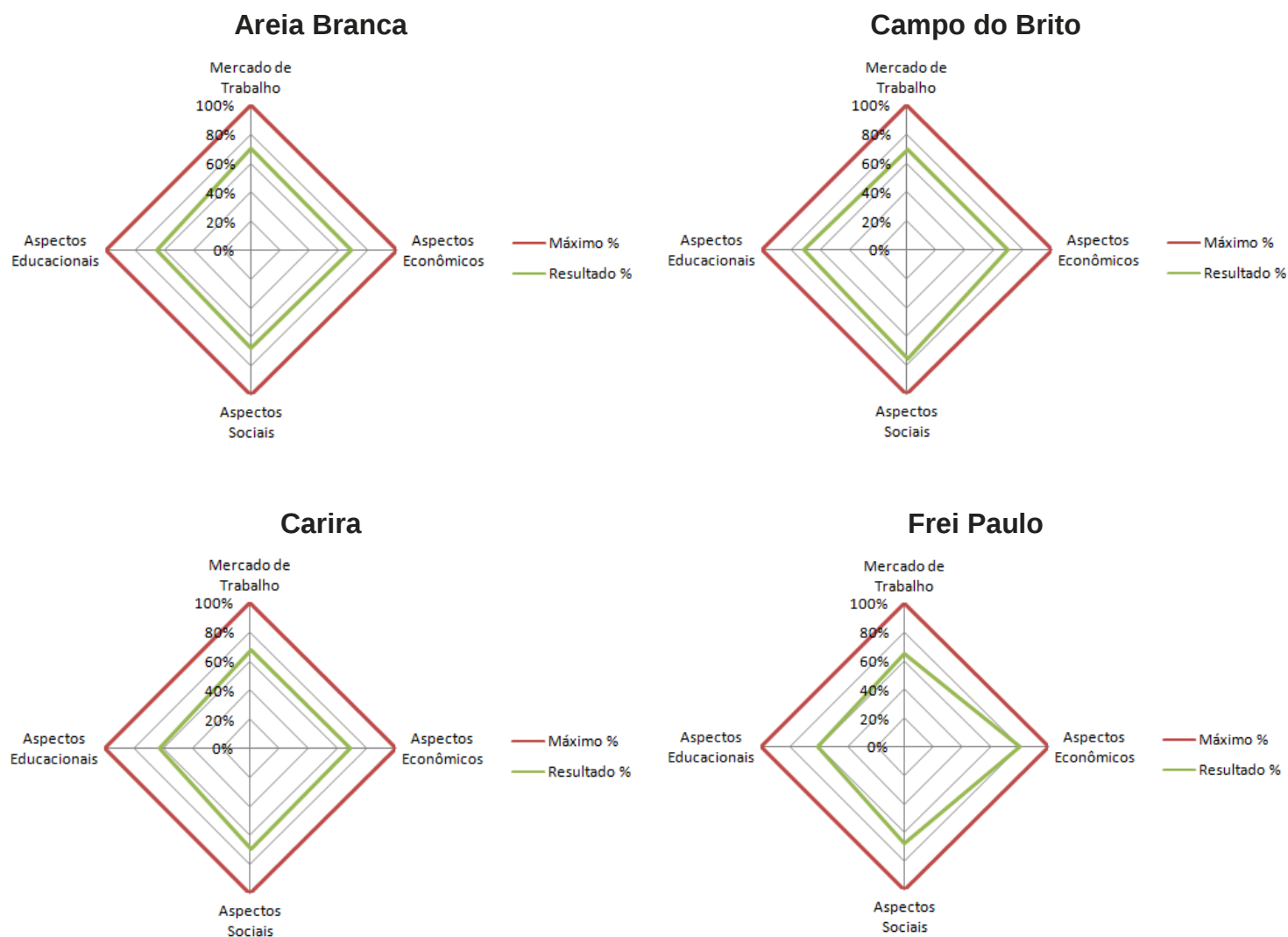
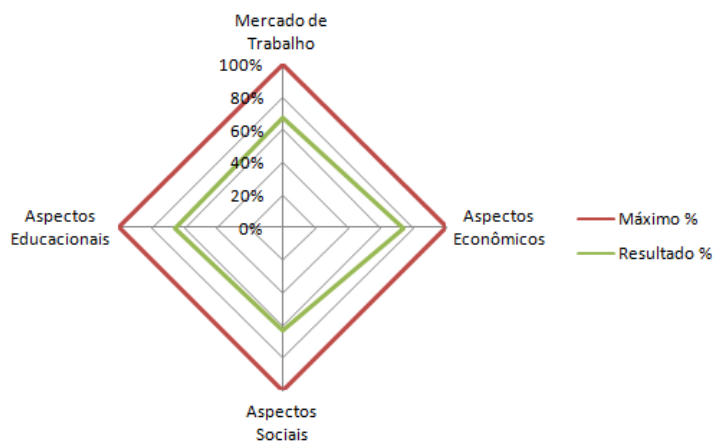


Figura 3: Radar dos Aspectos Definidores dos Municípios do Agreste Central

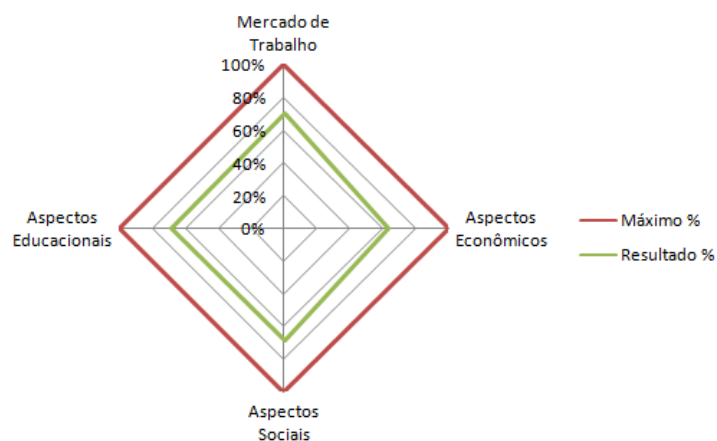


Figura 3: Radar dos Aspectos Definidores dos Municípios do Agreste Central

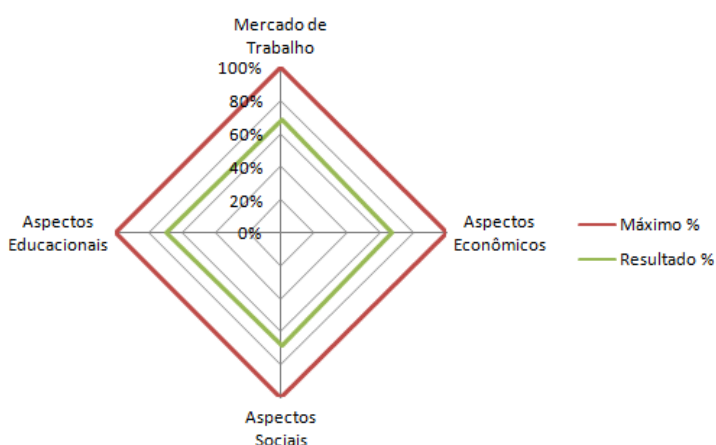
Nossa Senhora Aparecida



Pedra Mole



Pinhão



Ribeirópolis

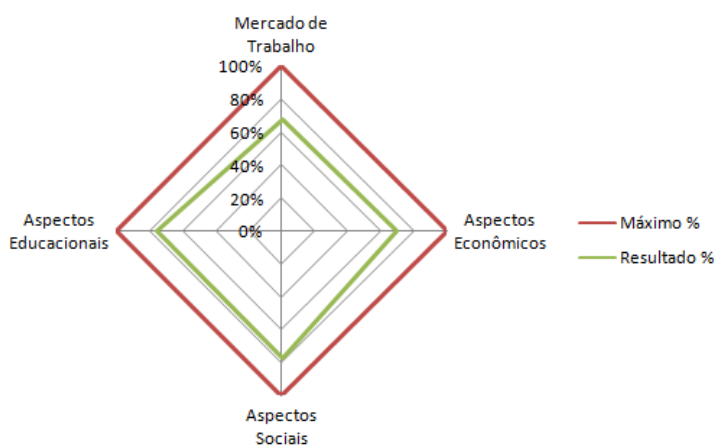
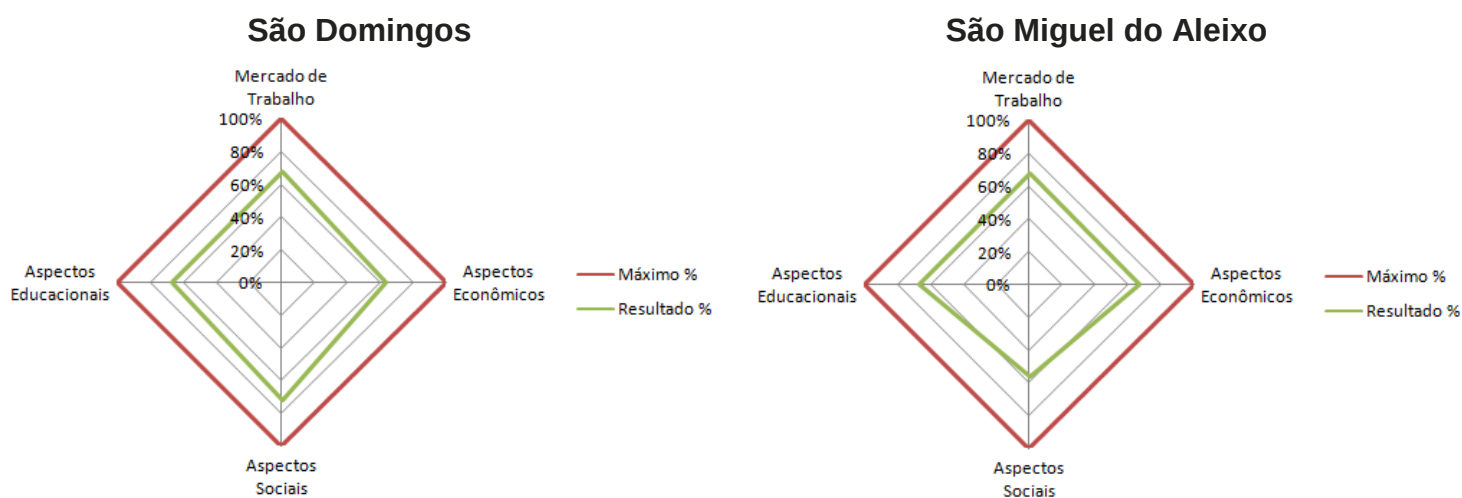


Figura 3: Radar dos Aspectos Definidores dos Municípios do Agreste Central



Fonte: Elaboração do IFS/NAEC, a partir dos resultados do estudo

Com a compilação desses resultados por meio da aplicação integral da fórmula apresentada na metodologia, é obtido o resultado que aponta, em ordem de classificação, os municípios do Agreste Central quanto à sua capacidade de sediar o IFS.

Tabela 22: Classificação Geral dos Municípios do Agreste Central Quanto à Capacidade de Sediar o IFS

Posição	Município	Indicador
1º	Itabaiana	
2º	Ribeirópolis	
3º	Campo do Brito	
4º	Moita Bonita	
5º	Frei Paulo	

Tabela 22: Classificação Geral dos Municípios do Agreste Central Quanto à Capacidade de Sedar o IFS

Posição	Município	Indicador
6º	Nossa Senhora Aparecida	
7º	Areia Branca	
8º	Pinhão	
9º	Macambira	
10º	Pedra Mole	
11º	Carira	
12º	Malhador	
13º	São Domingos	
14º	São Miguel do Aleixo	

Legenda:  Muito Alto;  Alto;  Moderado;  Baixo  Muito Baixo

Fonte: Elaboração do IFS/NAEC, a partir dos resultados do estudo

10 CONCLUSÃO

Desconsiderando variáveis externas, ainda admitindo que existam, o modelo proposto revelou que Itabaiana representa o município que reúne as melhores condições para a implementação/manutenção do *Campus* do Instituto Federal de Sergipe no território do Agreste Central.

Alternativamente, Ribeirópolis se apresenta como segunda melhor opção para sediar o IFS no Agreste Central, frente aos municípios de Campo do Brito, Moita Bonita, Frei Paulo, Nossa Senhora Aparecida, Areia Branca, Pinhão, Macambira, Pedra Mole, Carira, Malhador, São Domingos e São Miguel do Aleixo.

É importante destacar que os resultados técnicos desta pesquisa não levam em consideração aspectos políticos, vastamente observados quando da formulação e execução das políticas públicas, que devem ser responsabilmente ponderados pelas autoridades, e que em uma sociedade democrática são de grande valor para a consecução do bem comum.

REFERÊNCIAS

BOM ÂNGELO, Eduardo. Empreendedorismo: a revolução do novo Brasil. **Revista de Economia & Relações Internacionais**. São Paulo, v.1, n. 02, 2003. pp. 37-49.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Poder Legislativo, Brasília, DF, 5 out. 1988, p. 1.

_____. **Lei nº 11.892**, de 29 de dezembro de 2008. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Poder Legislativo, Brasília, DF, 30 dez. 2008.

_____. **População jovem no Brasil**. Instituto Brasileiro de Geografia Estatística. Rio de Janeiro: IBGE, 1999. 55 p.

_____. **Produção Agrícola Municipal 2011**. Instituto Brasileiro de Geografia Estatística. Rio de Janeiro: IBGE, 2011. 97 p.

_____. **Produto Interno Bruto dos Municípios 2010**. Instituto Brasileiro de Geografia Estatística. Rio de Janeiro: IBGE, 2012. 105 p.

_____. **Registros administrativos: RAIS e CAGED**. Brasília: Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), SPPE/DES/CGET, 2010. 17p.

CASSIOLATO, J. E.; LASTRES, H. M. M. **O foco em arranjos produtivos e inovativos locais de micro e pequenas empresas**. Grupo Redesist, 2003. Disponível em:
<<http://www.ie.ufrj.br/redesist/P3/NTF2/Cassiolato%20e%20Lastres.pdf>>.
Acesso em: 07 nov. 2013.

FIRJAN. **Índice FIRJAN de Gestão Fiscal (IFGF) ano-base 2011**. Rio de Janeiro, 2014.

FONTENELE, Raimundo Eduardo Silveira; SOUSA, Paulo Francisco Barbosa; LIMA, Alexandre Oliveira. Empreendedorismo, Crescimento Econômico e Competitividade dos BRICS: Uma Análise Empírica a partir dos Dados do GEM e GCI. In: **Encontro da Associação Nacional de**

Programas de Pós-Graduação, ENANPAD, 35, Rio de Janeiro, Anais. Rio de Janeiro: ANPAD, 2011.

FROYEN, R. T. **Macroeconomia**. São Paulo: Saraiva, 1999.

GEM. **Empreendedorismo no Brasil 2012: Relatório Executivo**. IBPQ, SEBRAE, Sesi-SENAI, 2013.

HOFFMANN, Rodolfo. **Distribuição da renda e crescimento econômico**. Estudos Avançados, USP - São Paulo, v. 15, n. 41, p. 67-76, 2001.

ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO MUNICIPAL BRASILEIRO. **Atlas de desenvolvimento humano no Brasil 2013**. Brasília: PNUD, Ipea, FJP, 2013. 96 p.

MANKIW, N. Gregory. **Macroeconomia**. Rio de Janeiro: LTC, 2011.

MINCER, Jacob. **População e força de trabalho no crescimento econômico**. Revista Brasileira de Economia. Rio de Janeiro, 1975.

PAULANI, Leda Maria. **A Nova Contabilidade Social: Uma Introdução à Macroeconomia** / Leda Maria Paulani, Márcio Bobik Braga. - 3. ed. rev. e atualizada. - São Paulo: Saraiva. 2007.

PINDYCK, Robert S., RUBINFELD, Daniel L. **Microeconomia**. Trad. Eleutéria Prado, Thelma Guimarães e Luciana do Amaral Teixeira. 7ª Ed. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2010.

PNUD. **Valores e Desenvolvimento Humano 2010** / Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. Brasília, 2010.

SERGIPE. **Plano de Desenvolvimento do Território do Agreste Central**. Secretaria de Estado do Planejamento de Sergipe. Aracaju: SEPLAG, 2008.

VARIAN, Hal R. **Microeconomia: conceitos básicos** / Hal Varian; tradução Maria José Cyhlar Monteiro e Ricardo Doninelli. Rio de Janeiro: Elsevier, 2006.

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Sergipe

CORPO EDITORIAL

Autor

Rodrigo Melo Gois

ISBN 978-85-68801-91-8



Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Sergipe – IFS
Núcleo de Análises Econômicas – NAEC

Av. Jorge Amado, 1551 - Bairro Jardins - Aracaju - SE - CEP 49025-330